



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING ELETRÔNICO**

**17/10/2010**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
1.2. SERVIDORES.....	3 - 5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CARTÓRIOS.....	6
2.2. SERVIDORES.....	7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SERVIDORES.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AVISO.....	9
4.2. DESEMBARGADORES.....	10
4.3. TREINAMENTO DE SERVIDORES.....	11
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. TREINAMENTO DE SERVIDORES.....	12 - 13
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	14
6.2. SERVIDORES.....	15
7. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
7.1. CARTÓRIOS.....	16

## Jamil Gedeon afirma que Justiça de 1º Grau está mais estruturada

Em reunião com juizes do pólo judicial de São João dos Patos, a 540 Km de São Luís, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon disse que o Poder Judiciário está dando prioridade para a estruturação das unidades judiciais do interior do estado. Gedeon falou que a Justiça de 1º está mais preparada para atender à população e destacou os avanços alcançados na atual gestão e observou que a atenção está voltada para o atendimento à população. "Estamos dotando as unidades de recursos para desempenhar melhor suas atividades diárias. Já há um alto investimento em tecnologia, pessoal e estrutura

tísica com a finalidade de levar a cada cidadão uma justiça rápida e um atendimento de qualidade. Com isso, vamos avançar ainda mais e fazer uma justiça rápida e eficiente", disse.

No polo de São João dos Patos, uma das prioridades tem sido a melhoria da parte estrutural das comarcas. Na região, já foi concluída a construção do Fórum de Burity Bravo e o de Mirador já está em curso. Foi aberta também a licitação para construção da nova sede da Comarca de Loreto. Além disso, foram realizados reparos nos fóruns de Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, São João dos Patos e São Domingos do Azeitão, por meio do contrato de Manutenção Predial, que

visa dar suporte constante a todas as unidades judiciais do estado.

O presidente ressaltou outras conquistas no polo como a lotação de servidores nas comarcas locais, melhoria da estrutura de informática, realização de licitações, suporte de material de expediente e aquisição cerca de 200 móveis e equipamentos. Reforçou que os juizes precisam participar mais ativamente do atual momento do Judiciário maranhense. "O juiz precisa conhecer a realidade, dialogar com as partes, servidores e advogados. É necessário também acompanhar e participar desse mo-

mento, que é de construção de um novo modelo de Justiça”, finalizou Gedeon.

A reunião, que já aconteceu em Bacabal, Caxias e Pinheiro, tem recebido avaliações positivas dos juízes. Para a juíza da Comarca de Mirador (480km de São Luís), Gisa Mendonça, o encontro serve como uma prestação de contas do que o TJMA está realizando. “É importante saber que a atual gestão se preocupa com a realidade de cada comarca. O Poder Judiciário precisa de uma direção gestora, planejando, executando e acompanhando as ações. Esse espaço valoriza o magistrado e demonstra que a preocupação com a prestação dos serviços de justiça é uma realidade que estamos vivendo”, observou a juíza.

POLO - São João dos Patos é a sede do Polo Judicial da região que contempla as comarcas de Barão de Grajaú, Buruti Bravo, Colinas, Loreto, Matões, Mirador, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, São João dos Patos, São Domingos, São Domingos do Azeitão, São Francisco do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras e Sucupira do Norte.

A juíza Sônia Amaral, coordenadora do Núcleo de Planejamento Estratégico, destacou que a racionalização das ações permitiu inicialmente a identificação de entraves que dificultavam a realização das atividades. “Com o planejamento percebemos nossas limitações e traçamos ações de forma racional, de forma que os resultados

positivos já estão sendo percebidos”, completou a juíza.

O diretor de Recursos Humanos, Aurino Luz, enfatizou a importância dos magistrados serem mais criteriosos na avaliação de desempenho dos servidores. “A avaliação é um fator importantíssimo que precisa de critérios rigorosos, não no sentido de punir servidores, mas de contribuir para a identificação das necessidades de capacitação do quadro de pessoal”, observou o diretor.



► Desembargador Jamil Gedeon

**EM AÇÃO** de trabalho um aequipe de servidores do TJ Maranhão realizou visita técnica ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribuna de Justiça e Tj do Distrito Federal, no início desse mês em Brasília...

**ELESFORAM** conhecer o funcionamento de secretarias e projetos desenvolvidos por aqueles tribunais superiores. A idéia é buscar conhecimento e modelos para aperfeiçoar ações do poder Judiciário Estadual...

CAIO HOSTILIO

## **Sindicância vai apurar uso irregular de veículo do TJ por servidores**

Pág. 3

### SINDICÂNCIA VAI APURAR USO IRREGULAR DE VEÍCULO DO TJ POR SERVIDORES

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, logo após ter conhecimento, no final da manhã desta sexta-feira, 15, da notícia de apreensão, no posto policial da Estiva, de um veículo do Poder Judiciário estadual transportando animais vindos do interior do estado para São Luís, determinou, por telefone, à diretoria geral do TJMA a imediata apuração dos fatos. À Coordenação de Processos Administrativos e Disciplinares, a diretora geral, Alessandra Darub, solicitou "imediatas providências no sentido de apurar o que vem sendo noticiado, tendo em vista a suposta conduta irregular praticada por servidores". A van apreendida pela polícia retornava de viagem a serviço da fiscalização dos cartórios extrajudiciais no interior.

## Registros falsos podem levar Corregedoria a pedir revisão eleitoral em municípios

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) está convencida que a descoberta de registros de nascimento falsos e em série pode levar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) a determinar revisão eleitoral em vários municípios. "Codó e Timbiras seriam dois deles", admitiu na sexta-feira, 15, o corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior.

Um pedido nesse sentido pode ser feito oficialmente pela CGJ, com base em investigações que se estendem a São Luís, Imperatriz, Caxias, Barreirinhas e Turiaçu. O órgão detectou problemas graves de registro nessas sete cidades. Timbiras aparece no topo de um esquema que teve como alvo benefícios eleitoral e previdenciário.

Com as irregularidades descobertas pela Polícia Federal no município, em abril, a CGJ instaurou Processo Administrativo Disciplinar n.º 16.546/2010 para apurar a fraude na esfera da justiça estadual. Desde março, Corregedoria e PF iniciaram parceria para desbancar a máfia do registro civil no Maranhão.

Em Timbiras, a Polícia Federal descobriu 1.484 re-

gistros de nascimento enxertados no espaço em branco de outros registros. Em muitos documentos há duplicidade de numeração, adulteração e rasuras. Outros foram feitos com base em ordem judicial inexistente. Há, ainda, registros de nascimento lavrados nos assentos dos livros de casamento.

Com base nas certidões irregulares emitidas, os fraudadores obtiveram títulos eleitorais no TRE e vantagens no INSS.

### BUSCA EM IMPERATRIZ

- Guerreiro Júnior anuncia para Imperatriz uma busca específica nos livros de nascimento. A operação, em data não revelada, será desencadeada em cooperação com a Polícia Federal. Os dois órgãos suspeitam de número elevado de fraudes na sede municipal e regiões próximas.

Em São Luís, o problema decorre dos registros de nascimento feito na Central de Registro, atualmente extinta. Foram detectados registros tardios irregulares (feitos a rogo) e pessoas que tiraram mais de um registro de nascimento.

Em setembro, a CGJ pediu que a Polícia Federal in-

vestigasse evidências de fraude em milhares de certidões de nascimento praticada na Central da Justiça (antiga Central de Registros). O material enviado à superintendência regional da PF reuniu cerca de 50 volumes e cerca de 13 mil cópias de certidões falsas.

Venda de terras - Nessa sexta-feira, o corregedor enviou ao subprocurador da Justiça, Eduardo Jorge Heluy Nicolau, cópia de processo com treze volumes sobre um segundo motivo que tornaram Barreirinhas também famosa: a venda irregular de terras públicas numa das regiões mais conhecidas do estado no exterior.

A PF já recebeu o documento e partilha a nova linha de buscas com a CGJ. Ibama e Ministérios Públicos federal e estadual conhecem o processo.

Os documentos apontam para uma sucessão de artificios para a comercialização irregular de terras. Município e governo federal estariam sendo lesados em milhões de reais.



## TJ decide por intervenção em Viana para demissão de servidores sem concurso

O colegiado das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou procedente, na sexta-feira, 15, representação para intervenção do Estado no município de Viana. A intervenção terá o objetivo específico de demitir servidores contratados irregularmente e não resultará em afastamento do prefeito do cargo. A decisão foi unânime, nos termos do voto do relator, desembargador Cleones Cunha, e de acordo com o entendimento da Procuradoria Geral de Justiça.

O Ministério Público (MP) moveu o pedido de intervenção pelo fato de o município ter descumprido ordem da 1ª Vara da comarca de Viana em ação de execução de termo de ajustamento de conduta (TAC). O acordo previa a nomeação de aprovados em concurso público e a demissão dos contratados sem concurso. O MP alega que o município cumpriu parcialmente o acordo, pois não teria demitido os servidores irregulares,

nem justificado a manutenção da suposta ilegalidade.

Sustenta que o gestor municipal, Rivalmar Gonçalves Moraes, ignorou a ordem judicial de juntada da documentação comprobatória de cumprimento das obrigações assumidas no TAC e nem apresentou motivo, por escrito, da recusa ou impossibilidade de seu cumprimento.

**EXECUÇÃO** - O relator da representação anotou que o órgão ministerial propôs, em 2008, uma ação de execução contra o município, visando ao cumprimento do TAC firmado entre ambos em novembro de 2006, sobre itens referentes à nomeação dos candidatos aprovados em concurso público, bem como a demissão, até 31 de março de 2007, dos servidores irregulares.

Cleones Cunha observou que o juiz da 1ª Vara de Viana ordenou a citação do gestor para que, em 30 dias, cumprisse os termos do acordo, sob pena de multa. Relatou que o prefeito limitou-se a informar

que realizou concurso para diversos cargos, nomeando vários aprovados, entretanto sem se referir à exoneração dos contratados irregularmente.

Segundo o desembargador, por reiteradas vezes a Promotoria de Justiça de Viana solicitou, sem obter êxito, a comprovação do cumprimento dos demais termos do acordo, até que pleiteou a execução de multa diária, a qual, até então, estava no valor de R\$ 242 mil. O magistrado de 1º grau determinou a citação do gestor para pagamento da dívida, mas não obteve resposta, o que culminou no ajuizamento da representação para intervenção.

Em razão dos fatos, o relator julgou procedente a representação para intervenção estadual no município, e determinou a realização de providências junto à governadora do Estado, para que seja decretada a intervenção.

# Intervenção em Viana para demissão de não concursados

O colegiado das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou procedente, na última sexta-feira, 15, representação para intervenção do Estado no município de Viana. A intervenção terá o objetivo específico de demitir servidores contratados irregularmente e não resultará em afastamento do prefeito do cargo. A decisão foi unânime, nos termos do voto do relator, desembargador Cleones Cunha, e de acordo com o entendimento da Procuradoria Geral de Justiça.

O Ministério Público (MP) moveu o pedido de intervenção pelo fato de o município ter descumprido ordem da 1ª Vara da comarca de Viana em ação de execução de termo de ajustamento de conduta (TAC). O acordo previa a nomeação de aprovados em concurso público e a demissão dos contratados sem concurso. O MP alega que o município cumpriu par-

cialmente o acordo, pois não teria demitido os servidores irregulares, nem justificado a manutenção da suposta ilegalidade.

Sustenta que o gestor municipal, Rivalmar Gonçalves Moraes, ignorou a ordem judicial de juntada da documentação comprobatória de cumprimento das obrigações assumidas no TAC e nem apresentou motivo, por escrito, da recusa ou impossibilidade de seu cumprimento.

**EXECUÇÃO** - O relator da representação anotou que o órgão ministerial propôs, em 2008, uma ação de execução contra o município, visando ao cumprimento do TAC firmado entre ambos em novembro de 2006, nos itens referentes à nomeação dos candidatos aprovados em concurso público, bem como a demissão, até 31 de março de 2007, dos servidores irregulares.

Cleones Cunha observou que o juiz da 1ª Vara de Viana ordenou a citação do gestor para que, em 30 dias, cum-

prisse os termos do acordo, sob pena de multa. Relatou que o prefeito limitou-se a informar que realizou concurso para diversos cargos, nomeando vários aprovados, entretanto sem se referir à exoneração dos contratados irregularmente.

Segundo o desembargador, por reiteradas vezes a Promotoria de Justiça de Viana solicitou, sem obter êxito, a comprovação do cumprimento dos demais termos do acordo, até que pleiteou a execução de multa diária, a qual, até então, estava no valor de R\$ 242 mil. O magistrado de 1º grau determinou a citação do gestor para pagamento da dívida, mas não obteve resposta, o que culminou no ajuizamento da representação para intervenção.



O desembargador Cleones Cunha



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2010  
Processo n.º 26265/10**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto n.º 5.450/05, do Decreto n.º 3931/01, do Decreto Estadual n.º 21.624/05 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO GLOBAL, por LOTE, para aquisição de material de limpeza, pelo Sistema de Registro de Preços, no dia 08/11/2010, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Joaquim Távora, 173, Centro, CEP 65010-410, São Luís-MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível nas páginas web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 15 de outubro de 2010.

**KEILA DANIELA CANTANHÊDE**  
Pregoeira TJ/MA

## **Corrupção no Judiciário**

Em entrevista ao jornal O Globo, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp, revelou que se surpreendeu com a grande corrupção que descobriu em alguns setores do Judiciário brasileiro, no período em que esteve à frente da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, entre setembro de 2008 a setembro de 2010.

Reportando-se ao Maranhão, disse que foram afastados em processos administrativos sete dos nove juízes que atuavam nas varas cíveis de São Luís.

E arrematou: “todos eles por antecipação de tutela, ou medidas cautelares ou liminares, liberando altas somas, que se originaram de pequenas ações ou indenizações por danos morais e que passavam de 5 mil a 15 milhões”.

## Servidores do TJ vão passar por treinamento

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Ge-deon, baixou portaria suspendendo os prazos processuais no âmbito do 2º grau amanhã. Com a determinação, os prazos judiciais a vencer no dia 18 ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

A medida decorre da realização de treinamento das 14h às 18h, destinado a 130 funcionários responsáveis pelo Processamento das Ações no 2º Grau do TJMA, que acontece no auditório do Quality Grand São Luís Hotel, e corresponde a mais uma etapa de preparação

dos servidores para a padronização dos procedimentos.

O treinamento reúne os funcionários lotados na Diretoria Judiciária (coordenações de atuação, distribuição, cível, criminal, plenário, jurisprudência e publicação e recursos constitucionais) e divisões para a realização de aulas e discussões sobre padronização de procedimentos e, conseqüentemente, não haverá expediente no horário das 14h às 18h.

**Medidas** - Segundo a diretora judiciária, Denyse Batista, o objetivo da capacitação é adotar medidas destinadas à redução da taxa

de congestionamento nos órgãos judiciários de primeiro e segundo graus, estabelecido no III Encontro Nacional do Judiciário, em fevereiro de 2010.

A importância também se reflete na necessidade de desenvolver ações em todos os setores responsáveis pelo processamento das ações no Segundo Grau, tornando o trabalho mais célere e eficiente. A medida cumpre meta do Planejamento Estratégico no sentido de desenvolver conhecimentos, habilidades e atividades dos magistrados e servidores.

### **TJMA TREINA SERVIDORES EM PROCESSAMENTO DE AÇÕES NO 2º GRAU**

**\*\*\*O Tribunal de Justiça do Maranhão realiza, na segunda-feira (18), o “Encontro dos Servidores Responsáveis pelo Processamento das Ações no 2º Grau do TJMA”.**

**\*\*\*O evento acontece no auditório do Quality Grand São Luís Hotel (Pça. Pedro II, em São Luís), das 14h às 18h, e tem o objetivo de capacitar os servidores em noções de Direito Processual Penal, Regimento Interno e o Código de Divisão e Organização Judiciária, e empreendedorismo.**

**\*\*\*O treinamento é destinado a 130 servidores, entre técnicos administrativos, auxiliares, oficiais de Justiça, além de coordenadores e secretários dos setores da Diretoria Judiciária; Coordenações de Autuação; Cível, Criminal; Câmaras Reunidas; Recursos Constitucionais e Jurisprudência e Publicação que trabalham diretamente com o processamento de ações da Justiça de 2º grau.**

**\*\*\*A medida visa garantir a qualidade e a celeridade da tramitação de processos no TJMA.**

**II Encontro das Escolas dos Servidores e Gestores do Judiciário-** O coordenador de Treinamento e Aperfeiçoamento de Servidores (ESMAM), juiz Alexandre Lopes de Abreu, os chefes da Divisão de Pessoal da Corregedoria Geral da Justiça, Daniel Gedeon, e da Divisão de Treinamento da Escola Superior da Magistratura do Estado, Antonio Pedro, e o analista Judiciário Rafael Lourenço representaram o judiciário maranhense no II Encontro das Escolas dos Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário, em Cuiabá, Mato Grosso. O evento, que ocorreu na Escola dos Servidores Desembargador Atahide Monteiro da Silva, procurou fomentar discussões sobre educação corporativa e gestão de pessoas, com foco na aplicação desses conceitos no âmbito do Judiciário Nacional.



**O deputado Camilo Figueiredo**, do PDT, teve inquérito policial arquivado, por decisão unânime do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde era acusado de formação de quadrilha, receptação, sonegação ativa e improbidade administrativa.



## ***Sindicância vai apurar uso irregular de veículo do TJ por servidores***

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, logo após ter conhecimento, no final da manhã de sexta-feira (15), da notícia de apreensão, no posto policial da Estiva, de um veículo do Poder Judiciário estadual transportando animais vindos do interior do estado para São Luís, determinou, por telefone, à diretoria geral do TJ-MA a imediata apuração dos fatos.

O veículo apreendido, uma van estava sendo conduzido pelo oficial de Justiça José Soares Cutrim, irmão do deputado estadual reeleito Raimundo Cutrim (DEM). Com ele foram apreendidas 16 aves silvestres, sendo 15 marrecos e um pato. Os animais estavam sendo transportados de Viana para São Luís.

À Coordenação de Processos Administrativos e Disciplinares, a diretora geral, Ales-

sandra Darub, solicitou “imediatas providências no sentido de apurar o que vem sendo noticiado, tendo em vista a suposta conduta irregular praticada por servidores”. A van apreendida pela polícia retornava de viagem a serviço da fiscalização dos cartórios extrajudiciais no interior.

No dia 6 de outubro, o pleno do TJ-MA regulamentou os procedimentos disciplinares cabíveis para apurar condutas irregulares atribuídas aos servidores, que incluem, dentre outras penas, advertência, suspensão e demissão.

A ausência do presidente do TJ-MA, Jamil Gedeon, na capital deve-se à sua participação em reunião de trabalho na comarca de São João dos Patos, onde reúne os magistrados das comarcas vizinhas para prestar contas das ações de melhoria da estrutura das unidades jurisdicionais. *(Redação do JP e Ascom do TJ)*

## REVISÃO NÃO. ANULAÇÃO

Depois de descobrir centenas de registros de nascimentos falsos a Corregedoria Geral de Justiça diz acreditar que isso levará o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão a fazer uma revisão eleitoral em vários municípios. Os falsos registros foram tirados em Cartórios de São Luís, Imperatriz, Caxias, Barreirinhas e Turiaçu. Isso não é crime para pedir revisão eleitoral, mas sim anulação da eleição realizada no último dia 3 de outubro. Isso não caracteriza fraude, excelências? Isso não é um crime grave, meritíssimos? Tem que apurar as responsabilidades e chegar aos mandantes e beneficiários. A Justiça tem que apurar tal crime o mais rápido possível. Por essas e outras que tem muitos juízes na alça de mira do Conselho Nacional de Justiça, fora os outros que já foram afastados e *deveriam ter sido demitidos a bem do serviço judiciário*. A integridade da justiça maranhense não pode ser maculada.